



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE  
DEPARTAMENTO DE GESTÃO  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

FERNANDA MARIA ALMEIDA DE ANDRADE

**AUTOEMPREENDEDORISMO E O TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA: Um**  
estudo nas facções de *jeans* no Agreste Pernambucano

Caruaru  
2022

FERNANDA MARIA ALMEIDA DE ANDRADE

**AUTOEMPREENDEDORISMO E O TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA:** Um  
estudo nas facções de *jeans* no Agreste Pernambucano

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Administração  
da Universidade Federal de Pernambuco,  
como requisito parcial para a obtenção do  
título de Bacharel em Administração.

**Área de concentração:** Ciências Sociais

**Orientador:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Márcia Batista Almeida Pereira.

Caruaru

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Andrade, Fernanda Maria Almeida de.

Autoempreendedorismo e o trabalhador por conta própria: Um estudo nas  
facções de jeans no Agreste Pernambucano / Fernanda Maria Almeida de  
Andrade. - Caruaru, 2022.

57 p. : il.

Orientador(a): Ana Márcia Batista Almeida Pereira

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Administração - Bacharelado,  
2022.

Inclui referências, apêndices.

1. Autoempreendedorismo. 2. Trabalhador por Conta Própria. 3.  
Informalidade. 4. Facções de Jeans. I. Pereira, Ana Márcia Batista Almeida .  
(Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

FERNANDA MARIA ALMEIDA DE ANDRADE

**AUTOEMPREENDEDORISMO E O TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA:** Um estudo sobre as facções de *jeans* no Agreste Pernambucano

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Aprovada em: 17/05/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Márcia Batista Almeida Pereira (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosa Kato (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA)

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Eugenio Vital Pereira Neto (Examinador Externo)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico esse trabalho a minha amada mãe, Ivanilda, pela mulher batalhadora,  
amorosa e guerreira que ela é.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida. A minha família que sempre esteve comigo em todos os momentos e em todas as decisões. Minha mãe, Ivanilda, minha maior incentivadora nos estudos e na vida e meu colo sempre que preciso de um descanso e conselho.

Aos meus irmãos: Douglas, José, Filipe, Giselly e Cibele pelo companheirismo de sempre, desde criança nossa união é a nossa maior força, agradeço o incentivo e pelos puxões de orelha sempre que precisei.

As minhas amigas nessa trajetória pela universidade, Naialy, Joyce, Gessica, Gabriela e Deyse, sempre fazendo trabalho em grupo, uma apoiado a outra em cada dia nos corredores do campus.

Aos amigos Rick e Chang, companheiros nos congressos e nos objetivos, principalmente, para seguir com os estudos e trilhar o caminho do mestrado e doutorado. Rick se tornou um amigo e confidente que levarei para sempre no meu coração.

A minha orientadora, Ana Márcia, por toda paciência e incentivo, sem o qual, não teria conseguido. Agradeço por toda nossa trajetória durante a graduação, por todas as discussões, congressos e artigos que fizemos juntas. Por todo o apoio na minha formação, aprendi muito e sinto que meu maior desenvolvimento na universidade foi a partir das nossas reuniões e das correções dos trabalhos. Agradeço por toda a experiência que essa parceria proporcionou em minha vida.

Ao grupo de pesquisa GEIA, no qual tive a oportunidade de aprender e participar dos estudos sobre o Agreste de Pernambuco, acredito que o grupo foi extremamente importante na minha formação como profissional e no meu crescimento pessoal, para sempre ter o cuidado e o olhar crítico sobre questões que fazem parte do nosso cotidiano.

Aos professores do núcleo de gestão por passarem seus conhecimentos para formarem profissionais qualificados.

" Eu aprendi que nunca somos pequenos demais para fazer a diferença".  
(GRETA THUNBERG).

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso decorre de inquietações sobre o trabalho informal no segmento de confecção no Agreste Pernambucano, especialmente no tocante ao ideário do autoempreendedorismo por parte dos trabalhadores, mesmo sob condições de trabalho precário. Sendo assim, este estudo buscou caracterizar a organização da produção e do ambiente de trabalho nas facções de *jeans*, identificar o perfil socioeconômico dos trabalhadores pesquisados e suas condições de trabalho no segmento da confecção e descrever as conexões dos trabalhadores com o ideário do autoempreendedorismo e do trabalho por conta própria. Neste estudo temos três pilares de discussão que corroboram para a discussão dos resultados, são eles: Debate sobre a velha e nova informalidade: algumas considerações e apontamentos, a origem e as transformações da confecção na região agreste de Pernambuco e o debate sobre autoempreendedorismo e o conta própria no polo de confecções. Trata-se de um estudo qualitativo, no qual realizamos pesquisa de campo junto as facções de jeans em Caruaru empregado ali a observação direta sistemática em nove unidades produtivas e realização de 10 entrevistas com proprietários e trabalhadores. O objetivo era ter acesso a todas elas: de modelagem, corte, costura, diferenciado e acabamento. Conforme os relatos de campo apontaram a inserção no segmento da confecção ocorre por meio da família ou de amigos, a qualificação é tácita e a maioria dos trabalhadores atuam no setor há mais de 5 anos, como conta própria. O ideário de ser dono do próprio negócio e ter autonomia nos horários foram algumas conexões que foram discutidas no capítulo de análise dos resultados.

Palavras-chave: autoempreendedorismo; trabalhador por conta própria; informalidade; facções de *jeans*.

## ABSTRACT

This course conclusion work stems from concerns about informal work in the clothing segment in Agreste Pernambucano, especially regarding the ideals of self-entrepreneurship on the part of workers, even under precarious working conditions. Therefore, this study sought to characterize the organization of production and the work environment in the *jeans* factions, identify the socioeconomic profile of the workers surveyed and their working conditions in the clothing segment and describe the connections of workers with the ideas of self-entrepreneurship and work on my own. In this study we have three pillars of discussion that support the discussion of the results, they are: Debate on the old and new informality: some considerations and notes, the origin and transformations of clothing in the rural region of Pernambuco and the debate on self-entrepreneurship and the own account in the clothing industry. This is a qualitative study, in which we carried out field research with the *jeans* factions in Caruaru, employing systematic direct observation in nine production units and conducting 10 interviews with owners and workers. The objective was to have access to all of them: modeling, cutting, sewing, differentiated and finishing. As the field reports pointed out the insertion in the clothing segment occurs through family or friends, the qualification is tacit and most workers work in the sector for more than 5 years, as their own account. The idea of owning one's own business and having autonomy in working hours were some of the connections that were discussed in the chapter on analyzing the results.

Keywords: self-entrepreneurship; self-employed; informality; denim factions.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Facção de corte.....	40
Figura 2 –	Facção de costura.....	41
Figura 3 –	Facção de costura.....	41
Figura 4 –	Facção de diferenciado.....	42
Figura 5 –	Facção de acabamento.....	43

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Fluxo da organização produtiva do jeans nas facções de jeans.....	38
Quadro 2 –	Perfil socioeconômico dos trabalhadores e sua inserção nas facções de jeans .....	44

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
PIBIC	Programa Institucional de Iniciação Científica
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SINDIVEST	Sindicato das Indústrias de Vestuário do Estado de PE
PREALC	Programa de Emprego da América Latina e Caribe
GEIA	Grupo de estudos e Intervenção do Agreste
SRTb	Superintendência Regional do Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PE	Pernambuco

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.3	OBJETIVOS .....	18
1.3.1	Objetivo Geral .....	19
1.3.2	Objetivos Específicos.....	19
1.4	Justificativa .....	19
<b>2</b>	<b>REFERENCIALTEÓRICO.....</b>	<b>22</b>
2.1	Debate sobre a velha e nova informalidade: algumas considerações e apontamentos.....	22
2.2	A origem e as transformações da confecção na região agreste de Pernambuco.....	27
2.3	Debate sobre autoempreendedorismo e o conta própria no Polo de Confecções.....	30
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>34</b>
3.1	Delimitação da pesquisa .....	34
3.2	<i>Lócus</i> da pesquisa e seleção dos sujeitos.....	35
3.3	Produção do material empírico.....	35
3.4	Plano de análise do material empírico.....	36
3.5	Limitações da pesquisa.....	36
<b>4</b>	<b>DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>37</b>
4.1	Caracterização da organização e do ambiente de trabalho nas facções de jeans.....	37
4.2	Trabalhadores das facções: perfil socioeconômico, condições de trabalho e conexões com o ideário do autoempreendedorismo.....	42
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>49</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>51</b>
	<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....</b>	<b>54</b>

APÊNDICE B - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA.....	55
--	----

## 1 INTRODUÇÃO

A seguir, serão apresentados os seguintes pontos: contextualização do tema, no qual haverá a discussão sobre os principais pontos que serão abordados no trabalho; em seguida, o problema de pesquisa, com os questionamentos e as inquietações que levaram à pergunta e aos objetivos desse estudo. E, por fim, a justificativa, que é a seção dedicada para exemplificar a relevância e a contribuição desse estudo.

### 1.1 Contextualização do tema e problema de pesquisa

Durante os estudos sobre a informalidade, os sentidos e designações foram sendo alterados, as discussões que iniciaram na década de 1970 denominaram como *setor informal*, e com o tempo vieram novas designações e sentidos, tais como: *economia informal*, *processo de informalidade* e mais recentemente *nova informalidade*. A origem dessas denominações tem início com os estudos em 1972 pela missão da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e, logo em seguida, pelo antropólogo Keith Hart em 1973, que iniciou seus estudos antes com sua ida a Gana no continente africano, mas que teve sua publicação posterior aos da OIT, sendo publicados em 1973, identificaram formas de inserção no mercado de trabalho que divergiam do que era conhecido na época, no mercado formal.

Com a continuidade dos estudos sobre o setor informal, novas questões foram sendo discutidas, tal como a funcionalidade do setor informal, em uma dinâmica funcional ao capitalismo, nessa linha do tempo, o entendimento nesse período começou colocando o setor informal como residual e que ocupava setores que o formal não conseguia adentrar, com trabalhos e serviços que não geravam benefícios para o formal e por isso não era ocupado, deixando à margem do circuito capitalista.

Posteriormente, autores como Machado da Silva (1971) trouxeram para a luz a dualidade existente entre o setor formal e o informal, suas diferenças e singularidades, sendo o setor informal direcionando a referências de valores e normas diferentes do setor formal. Nessa perspectiva, as formas de inserção e funcionamento de ambos se distanciavam, sendo o informal relacionado a fatores como família e parentesco, a entrada nesse setor estaria ligada ao seu relacionamento pessoal com o dono, assim como, a gestão do ambiente estaria

influenciada por questões pessoais, divergindo dessa forma com o setor formal, já que este tem formas de inserção e gestão associado a fatores impessoais. O estudo de Cacciamali (1982) denominou como ‘brechas’ os espaços que o setor informal ocupava, no qual o setor formal não se fazia presente, corroborando nesse sentido com os estudos de Prandi (1978) e dessa forma para a dinâmica de acumulação de capital.

Essas referências clássicas dos estudos do trabalho informal esclareciam aspectos importantes da dinâmica do próprio capitalismo, especialmente em países periféricos. A informalidade foi se recriando, o que antes colocava como algo que teria um fim, que seria passageiro, tornou-se mutável, que se recria e se reformula à medida que novas configurações se apresentam no mercado de trabalho, tais como a jornada mais flexível e a desregulamentação dos direitos trabalhistas. Tais mudanças têm sido descritas a partir do conceito de “nova informalidade”, um debate dos anos 2000, que se conecta cada vez mais ao setor formal e ao capitalismo, conseqüentemente, servindo à lógica capitalista de acumulação de capital (VERÁS DE OLIVEIRA, 2011).

No início da década de 2000, as pesquisas referentes à informalidade apontaram uma relação entre a informalidade, o empreendedorismo e a empregabilidade, colocando em questão uma nova cultura do trabalho que transfere para os trabalhadores a responsabilidade por se inserirem no mercado de trabalho (LIMA, 2010). A cultura do trabalho, ao longo do tempo, sofre mutações e ressignificações que ligam os trabalhadores as novas percepções e valores relacionados às configurações no ambiente de trabalho.

Nesse contexto, o individual se sobressai ao coletivo, como na colocação de Lima (2010, p. 32), ao afirmar que “o empreendedor, o trabalhador flexível e mesmo o cooperado, tornam-se figuras representativas do ‘novo’ espírito do capitalismo. Cabe ao trabalhador internalizar os novos requisitos impostos pelo mercado”. Nessa linha de pensamento de autogerenciamento por parte dos trabalhadores que internalizam esse discurso com valores que são próprios das empresas, sendo, dessa forma, submetidos a um tipo de subordinação disfarçada, camuflada por meio de uma cortina de fumaça que realça a autonomia e a liberdade financeira. Nessa perspectiva, os trabalhadores por conta própria estão inseridos nessa dinâmica de autogestão, “segundo o ideário neoliberal, o trabalhador por conta própria é considerado um empreendedor, expressão da iniciativa e do dinamismo individuais

capazes de movimentar positivamente a economia” (HOLZMANN, 2013, p. 4). Conforme estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2008, p. 8), “classifica-se como ‘conta própria’ a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado de membro da unidade domiciliar em que reside”.

Diante do cenário atual com o aumento da informalidade e com a disseminação de um discurso que corrobora para um movimento de autoempreendedorismo como colocação no mercado de trabalho, sendo a principal característica desse movimento a autonomização do trabalhador, como Rosenfield (2015) cita no seu trabalho, como forma de inclusão social, no qual os trabalhadores mobilizam recursos próprios em uma zona “cinzenta” para uma introdução individual no mercado. Assim como Cacciamali (2000), que identificou essas ‘franjas’ que o mercado formal não consegue ocupar. Por outro lado, Colbari (2015) observou como ressignificações para o conceito de autoemprego, que, em sua colocação abrigava mais que apenas os trabalhadores sem inserção no mercado formal, não era apenas o seu excedente, o que por sua vez causa uma confusão nas fronteiras e as chamadas zonas cinzentas nas relações de trabalho e emprego, sendo o autoempreendedorismo uma mudança na concepção na relação de emprego, já que ser empreendedor distânciava essa relação de emprego para trabalho (ROSENFELD, 2013).

A informalidade no polo de confecções está associada à autonomia no processo produtivo, as fábricas realizam apenas uma etapa, diminuindo os custos de produção para os contratantes e ainda podem atuar na subcontratação em cascata, situações em que fábricas repassam trabalho para outras menores e com valores ainda rebaixados (ANDRADE, 2019). Essa forma de atuação é antiga na região e ganhou uma conotação que difere no local, já que simbolicamente o *status* de ser autoempreendedor é almejado por muitos trabalhadores, pois o associam à liberdade de horários e autonomia (CORTELETTI, 2020).

Nesse segmento encontra-se um cenário que mostra uma duplicidade no que é colocado como autonomia e na liberdade nos horários, mas na realidade trata-se de uma subordinação ligada principalmente a fatores informais, laços de confiança, que são estabelecidos através de parentesco ou da vizinhança (ANDRADE, 2019).

Nas palavras das autoras Pereira e Freire (2021) a base da confecção no Polo de Confeccões tem em sua centralidade o trabalho informal, estando presente desde início, sendo assim, em alguns estudos realizados na região, nas análises, na perspectiva do trabalhador por conta própria pode-se citar as contradições nas concepções dos trabalhadores sobre sua percepção e o que realmente acontece na relação prestador de serviço e contratante.

Neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o nosso olhar se volta para o campo empírico do Agreste Pernambuco, mas especificamente a cidade de Caruaru, conhecida por sua confecção e comércio de rua, as feiras que atraem muitos compradores. No processo produtivo do *jeans*, especificamente, encontram-se as facções e os fabricos.

Se essa discussão da informalidade está presente nas reconfigurações do trabalho no país, no Agreste de Pernambuco, essa questão é muito mais acentuada, dada as circunstâncias de sua formação e desenvolvimento de sua comunidade que encontrou na confecção uma saída para o fortalecimento da região, com seu surgimento singular, tendo a informalidade presente em todo o processo e com o tempo se reformulando e se adequando às mudanças que ocorreram nas últimas décadas. A desigualdade regional implicou em diferentes evoluções entre as regiões brasileiras, enquanto o Sudeste recebeu políticas de incentivo ao desenvolvimento, com apoio do Estado e de agentes coletivos, o Nordeste ficou de lado por um bom tempo e sua evolução econômica foi mais lenta e baseada no protagonismo local (DEDECCA,2005).

Não é “por acaso” que a informalidade é alta na região Agreste de Pernambuco. Os números do mercado de trabalho na região Nordeste expressam essa desigualdade regional, sendo que em Caruaru, a população ocupada em 2019 era de 23,1 %, ocupando a 9<sup>o</sup> posição no Estado e a 1031<sup>o</sup> nacionalmente no cenário de 5570<sup>o</sup> municípios (IBGE).

Foi o trabalho autônomo e informal que serviu como meio de consolidação do comércio, ou pelo menos, esse é o argumento mencionado, com o seu fortalecimento houve um aumento da produção, ou seja, funciona em um sistema de retroalimentação, o crescimento de um gera produtividade para o outro (PEREIRA; FREIRE, 2021).

Dito isso, a inquietação que deu origem a esse trabalho surgiu com a experiência na iniciação científica no Programa Institucional de Iniciação Científica

da Universidade Federal de Pernambuco (PIBIC/UFPE), no projeto de pesquisa realizado no setor de confecções. Durante a pesquisa de campo (entrevistas com os sujeitos e observações diretas nas facções) surgiu o questionamento sobre o entendimento dos trabalhadores por conta própria sobre autonomia e sua autogestão. As facções são pequenas unidades que fazem parte do processo produtivo e são responsáveis por apenas uma etapa do processo. Normalmente, essas pequenas unidades produtivas funcionam no espaço doméstico ou em um espaço agregado à residência, não sendo possível separar o que é domicílio do que é trabalho, ambos estão sintonizados no mesmo ambiente familiar (CORTELETTI, 2020). Conforme resultados encontrados no relatório da pesquisa de iniciação científica (PIBIC), as facções exercem um papel importante na região e representam um fragmento significativo das unidades produtivas, exercendo uma parte do processo produtivo, dessa maneira, cada uma realiza uma etapa, seja de costura até a fase final de acabamento (ANDRADE, 2019).

Em sua maioria, os entrevistados tinham uma visão positiva em relação à ideia de autonomia, mesmo que enganosa. Na medida em que os dados da observação revelavam jornadas de trabalho prolongadas e mecanismos de controle que são camuflados pelo fato do trabalho ser realizado no ambiente domiciliar. Alguns trabalhadores possuem limitados meios de produção, como máquinas de costura e instrumentos. O caso exemplar de uma trabalhadora que entrevistamos na pesquisa de campo. Sendo uma subcontratada para serviço de acabamento de peças de roupas (peleira – função de remover os excessos de pelos, barbas de linha originadas no processo de costura).

No Agreste Pernambucano, em Caruaru, a ideia de não cumprir horários programados em uma empresa e não seguir uma linha de hierarquia que no setor formal está bem definida. Essa é uma linha de raciocínio que faz parte da construção socioprodutiva baseada no protagonismo da região, onde há ideia de ser dono e empregado de si próprio é um ‘sonho’ almejado por muitos.

Dito isso, surgiu a seguinte pergunta como ocorre o trabalho por conta própria como forma de inserção no segmento de confecção nas facções de *jeans* em Caruaru-PE, e suas conexões com o ideário do autoempreendedorismo?

### **1.3 OBJETIVOS**

A seguir, serão apresentados os objetivos gerais e os específicos.

### 1.3.1 Objetivo geral

- Descrever o trabalho por conta própria, como forma de inserção no segmento de confecção nas facções de *jeans* em Caruaru-PE, e suas conexões com o ideário do autoempreendedorismo.

### 1.3.2 Objetivos específicos

- Caracterizar a organização da produção e do ambiente de trabalho nas facções de *jeans*;
- Identificar o perfil socioeconômico dos trabalhadores pesquisados e suas condições de trabalho no segmento da confecção;
- Descrever as conexões dos trabalhadores com o ideário do autoempreendedorismo e do trabalho por conta própria.

## 1.4 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Desde os anos 1990, existe uma tendência à flexibilização e precarização das relações de trabalho, assim como o crescimento da informalidade e o surgimento ou ressurgimento de novas e antigas formas de inserção no mercado de trabalho. O objetivo desse estudo é justamente caracterizar uma dessas formas que é o autoempreendedorismo. São poucos os estudos, na área acadêmica de administração, que abordam o debate sobre o autoempreendedorismo em uma perspectiva diferente do discurso de autonomia. Buscamos assim identificar um conjunto de referências a partir de uma perspectiva crítica dos estudos organizacionais, bem como fazendo um movimento de abertura interdisciplinar junto à literatura dos estudos do trabalho (que buscam articular contribuições da economia, da sociologia e da história). O caso dos artigos de Colbari (2015) e o trabalho de Holzmann (2013) exemplificam nosso esforço de participação no debate.

Além disso, trata-se de um objeto de estudo ainda pouco explorado, quando se tem como ponto de partida o autoempreendedorismo como forma de inserção social pelo trabalho.

Em uma busca na plataforma Spell<sup>1</sup> por estudos de autoempreendedorismo na área de Administração não foram encontrados trabalhos. Quanto aos estudos sobre empreendedorismo, foi realizado um pequeno levantamento sobre os artigos publicados referentes a esse tema, na plataforma digital Spell. Como resultado, as pesquisas em sua maioria compreendem como uma estratégia de inovação e renovação, tal como o texto de Silvestre, Borges e Paula (2021). Outros estudam a ligação com o turismo, o setor público, as questões de gênero e sustentabilidade, a exemplo dos artigos escritos por Oliveira, Diniz, Sant'Anna, Neto e Santos (2021) e Carmo, Assis e Junior (2019) sobre as reflexões do empreendedorismo, trazendo as correntes tradicionais e atuais sobre a discussão. Nesse sentido, esse estudo pretende ter uma perspectiva crítica já que os estudos na área vêm se concentrando no tema do empreendedorismo.

Por outro lado, na mesma busca, são poucos os estudos sobre o trabalhador por conta própria realizados na área, mesmo assim alguns precisam ser mencionados, tais como o de Silva (2019), Moura (2019) e Andrade (2019), que tem como ponto central a discussão dos perfis desses trabalhadores, assim como as implicações no mercado, tanto social como econômico, suas dinâmicas, formas de organização e gestão da produção. Dentre os trabalhos acadêmicos sobre o conta própria no Agreste Pernambucano, os estudos de Moura (2019) e Silva (2019) tiveram como campo empírico o Alto do Moura, bairro na cidade de Caruaru, conhecido pela sua história com o artesanato. Em seus trabalhos, houve a descrição dos trabalhadores por conta própria no artesanato, que sendo um segmento diferente da confecção possui muitas semelhanças, no sentido das condições de trabalho e no ideário dos trabalhadores. Nos estudos que foram realizados sobre o conta própria no agreste pernambucano, destaca-se o texto de Pereira e Freire

---

<sup>1</sup>Trata -se de uma plataforma de pesquisa para produções científicas, principalmente nas áreas de administração pública e de empresas, contabilidade e turismo. Periódico que pode ser encontrado através do link: <http://www.spell.org.br/>. A busca foi realizada no período de janeiro a março de 2022, e como palavras-chave utilizamos “trabalhador por conta própria”; “Autoempreendedorismo”; “Empreendedorismo”; “Conta própria”.

(2021) que apresenta características sobre o trabalhador por conta própria<sup>2</sup>. Assim como, o texto de Pereira, Andrade e Silva (2018) que buscou identificar as percepções dos trabalhadores informais e as condições de trabalho, da mesma forma, o texto de Andrade (2019) estudou os trabalhadores informais nas facções de *jeans*, no qual os relatos apontaram para uma intensa jornada de trabalho, subordinação disfarçada e uma subcontratação em cascata.

Vale salientar a importância econômica e social do autoemprego para o desenvolvimento produtivo de uma região, especificamente, o Agreste Pernambuco que tem uma formação singular e o protagonismo dos seus trabalhadores que desde o princípio tem uma atuação ímpar no desenvolvimento da confecção na região, assim como foi identificado no projeto de iniciação científica – PIBIC que tinha como objetivo caracterizar as dinâmicas da informalidade nas facções de *jeans* em Caruaru, no Agreste Pernambucano, assim como as condições de trabalho no ciclo da produção da peça *jeans*, sendo esse trabalho um aprofundamento dessa pesquisa anterior.

Espera-se que o estudo ajude na formulação e proposição de políticas públicas para o setor, além de cursos profissionalizantes para os trabalhadores das facções, para que isso auxilie no desenvolvimento de meios e formas para melhorar suas condições de trabalho.

---

<sup>2</sup> O texto apresenta os resultados que foram obtidos através do convênio estabelecido entre a UFPE e a Secretaria Regional do Trabalho e Emprego em Pernambuco, no qual houve a participação dos professores e alunos vinculados ao Grupo de Pesquisa e Intervenção do Agreste (GEIA). Foi a partir desse projeto que surgiu o interesse em aprofundar as leituras de autoempreendedorismo e trabalho por conta própria.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse capítulo serão apresentadas, em linha cronológica, as discussões sobre a velha e a nova informalidade até os recentes estudos sobre uberização do trabalho. A primeira seção do texto irá situar o leitor sobre o debate da velha e nova informalidade, alguns apontamentos e considerações sobre os estudos. Em seguida, a história da atividade de confecção no Agreste Pernambucano, suas origens e transformações mais recentes e, por fim, a discussão central, o autoempreendedorismo na confecção e o trabalhador por conta própria na região.

### 2.1 Debate sobre a velha e nova informalidade: algumas considerações e apontamentos

Com o fim do pacto fordista, que era tido nos países centrais como acordo entre Estado, capital e trabalho que fornecia o pleno emprego e direitos trabalhistas, como, por exemplo, férias e aposentadoria (LEITE, 2011). Com seu rompimento, mudanças relacionadas ao trabalho foram ganhando espaço, havendo dessa maneira uma desregulamentação na legislação trabalhista e uma reorganização de políticas neoliberais, com aparecimento de novos padrões nas relações e de novas formas de inserção no mercado de trabalho.

Segundo Lopes (2008), a discussão de informalidade tem cinco vertentes que foram apontadas desde que os estudos sobre o setor informal iniciaram, sendo eles: os baseados no excedente da força de trabalho que foram direcionados pela OIT na África e pelo Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC); a segunda está relacionada a subordinação da produção informal ao sistema capitalista, nessa vertente, os autores assumem uma interdependência de um com o outro, sendo o setor informal subordinado ao setor formal; a terceira linha está ligada a estudos de sociólogos e economistas de matriz marxiana que associaram o setor informal a formas tradicionais e arcaicas de produção e criticam a visão dualista, conectando o formal ao informal, sendo o informal funcional à dinâmica do capital; a quarta linha relacionada a neoliberal e legalista, e, por fim, a quinta os autores sistematizaram uma visão, associado a informalidade a novas formas de trabalho e a flexibilização, são conhecidos como neomarxistas ou estruturalistas.

Os estudos específicos sobre informalidade iniciaram na década de 1970 no continente africano, com as pesquisas da OIT (1972) e Hart (1973) no setor urbano que estava em crescimento e com uma alta taxa de desemprego que criava um ambiente econômico e social, no qual existiam dificuldades para a inserção no mercado de trabalho para grande parte da população. A partir dessa dificuldade, surgiu um setor que em sua primeira perspectiva era tido como oposto ao formal, o informal. Essa dualidade foi exemplificada em vários estudos que sucederam em vários países, no continente Africano, há exemplos dos estudos em Gana e na América do Sul, como foi o caso do Brasil, onde o setor formal estava presente, mas, havia trabalhadores inseridos à margem, dando espaço para atividades e formas tidas como tradicionais e arcaicas.

Nos países latino-americanos, a discussão da informalidade teve como pauta a baixa produtividade, o crescimento de uma mão de obra que não era absorvida pelo mercado e a crescente taxa de atividades sem registro (ARAÚJO, 2011; LEITE, 2011).

A partir da década de 1960 iniciaram no Brasil ondas de flexibilização no que se refere à legislação trabalhista e social, afetando salários e a rotatividade na contratação e demissão (POCHMANN, 2016). Entre 1940 - 1980, a taxa de informalidade era de 1,1%, analisado os trabalhadores por conta própria, sem remuneração e os empregados sem registros, já nos anos de 1980 à 2000, esse índice subiu para 3%, da mesma forma os conta próprias foram de 1,8% para 2,1 % e a taxa de precarização de 1,1% para 3,7%. E os números de desempregados aumentou de 0,5% para 11,9% no mesmo período (POCHMANN, 2016).

Mas foi na década de 1990 que políticas neoliberais se tornaram cada vez mais presentes, com governos orientados por essa postura, processos de terceirização e precarização nas relações de trabalho foram implementados sempre mascarados com a premissa de que isso resolveria a situação de desemprego e aumentaria a produtividade no país.

Em mais de três décadas de predomínio da regulação neoliberal do capitalismo, as promessas da construção de padrão civilizatório superior encontram-se desfeitas. Os avanços ocorridos têm sido para poucos, enquanto o retrocesso observado serve a muitos (POCHMANN, 2016, p. 66).

As primeiras posições teóricas a respeito da informalidade acentuavam a dualidade entre o formal e informal, associando-os ao par moderno-tradicional, respectivamente, e à medida que a industrialização e o desenvolvimento dos países fossem crescentes, o setor informal desapareceria. O tempo provou ser uma hipótese errônea, pois a informalidade vem passando por transformações, reconfigurando-se em relação às décadas de 1970 e 1980.

Em 1971, Machado da Silva na sua dissertação trazia a dualidade do setor, mercado de trabalho formal e mercado de trabalho informal, nomeados como altamente institucionalizadas, ambos tinham suas formas de entrada e organização da gestão, sendo que o formal era guiado por um sistema racional e impessoal e o informal possuía relações personificadas, na qual grau de parentesco e amizade influenciava diretamente na forma de entrada e na gestão do negócio. Na década de 1980, o estudo realizado por Cacciamali (1982) identifica a conexão entre o setor formal e informal, em sua perspectiva naquele momento era que o informal ocupava as 'franjas' do mercado formal, ou seja, o setor informal estava nos espaços onde o setor formal não estava presente.

Na década de 1990 e início dos anos 2000, as pesquisas sobre informalidade têm como ponto partida outra conexão que antes não era pontuada nos estudos, ligando a informalidade à empregabilidade e à responsabilidade de inserção no mercado sendo atribuída aos trabalhadores (MACHADO DA SILVA, 2002; LIMA, 2010). A partir dos anos 2000, Lima (2010) e Machado da Silva (2002) começaram a associar a informalidade à empregabilidade, guiando o debate para as mudanças no mundo do trabalho, que estão associadas ao ideário de maior autonomia para os trabalhadores. Em seu trabalho, Machado da Silva (2002) retoma a discussão sobre informalidade, no qual ele aponta como 'quase conceito' que está sendo substituído pela dupla empregabilidade\empreendedorismo que estaria relacionado a uma nova forma de exploração capitalista, em que o controle é estabelecido em uma base individual e subjetiva. Mas, diferentemente da noção de informalidade que para o autor estaria relacionada ao entendimento das relações na dinâmica social, em sua nova concepção:

o par "empregabilidade\empreendedorismo" adquire um sentido oposto, de mecanismo de convencimento ideológico (ou, se se referir, um termo mais agressivo, de "domesticação") que se encaminha no sentido de reconstruir uma cultura do trabalho adaptada ao desemprego, ao risco e à insegurança [...] (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 21).

É nesse momento que pesquisas como a de Cacciamali (2000) apontam um *processo de informalidade* ampliando a discussão sobre informalidade atrelada à globalização. Nesse sentido surgem dois fenômenos, o primeiro estaria relacionado à reorganização trabalho, novas formas de trabalho sendo ampliadas e recriadas, na segunda categoria seria o autoemprego, na qual os trabalhadores encontram outros meios para auferirem renda pela dificuldade de reinserção no mercado de trabalho. Essa noção discutida por Cacciamali (2000, p.163), na qual a autora denomina como o processo de informalidade, em sua concepção seria “um processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições”, abrangendo dessa forma dois processos intrínsecos, a reorganização do trabalho assalariado e o segundo é o autoemprego ou outras formas de inserção no mercado de trabalho.

Outros autores, como Araújo (2011), discutem sobre a nova informalidade para entender as mudanças no mundo, como as formas de trabalho que vêm sendo recriadas, cada vez mais conectadas à dinâmica capitalista. As últimas décadas foram marcadas por ondas de flexibilização e mudanças na informalidade em um contexto de desregulamentação nas relações de trabalho. É a partir desse momento que é indispensável repensar a informalidade abrangendo novas questões que foram apresentadas na realidade brasileira criando assim uma nova noção, nas palavras da autora:

A riqueza da noção de nova informalidade está no fato dela permitir identificar as transformações nas atividades identificadas como tradicionais e típicas do “setor informal” (como o trabalho autônomo, do vendedor ambulante, por exemplo) e as conexões entre as pequenas ou microempresas, o assalariado desprotegido e outros tipos de relações de trabalho com a dinâmica de acumulação de capital na sua atualidade (ARAÚJO, 2011, p. 180).

Nesse conceito, a designação de nova informalidade segundo a autora contempla:

Tanto as novas modalidades e relações de trabalho desprotegido, que se inscrevem seja nas cadeias globais de subcontratação ou nos nichos dinâmicos e lucrativos da produção local, seja nas redes internacionais de pirataria e comércio ilegal, quanto os nichos de geração de autoemprego, voltado para a subsistência, decorrentes da presença contínua de uma população não absorvida pela dinâmica da acumulação globalizada (ARAÚJO, 2011, p. 185).

Para Pereira (2019), a nova informalidade trata-se, parafraseando a mesma, um ‘disfarce’ para que trabalhadores assalariados possam oferecer serviços a empresas, principalmente na forma de terceirização.

Nos últimos anos, há uma tentativa de construção de uma narrativa sobre empreendedorismo, autonomia, tudo em torno de disfarçar as relações de trabalho com o objetivo de aumentar os lucros e mascarar uma relação de subordinação entre os ‘prestadores de serviços’ e os possuidores dos meios. As plataformas digitais e aplicativos são bons exemplos dessa relação, “o modo UBER de organizar e remunerar a força de trabalho distancia-se crescentemente da regularidade do assalariamento formal, acompanhado geralmente pela garantia dos direitos sociais e trabalhistas” (POCHMANN, 2016, p. 61-62).

Nesse contexto, o termo que se é discutido gira em torno da uberização que se pode entender “como uma tendência de reorganização do trabalho que traz novas formas de controle, gerenciamento e subordinação (ABÍLIO, 2019, p. 2)”. Nessa tendência, novas tecnologias estão ligadas ao discurso de autoempreendedorismo que firma uma relação de trabalho em vez de uma relação de emprego.

Dessa forma e por essa definição de organização do trabalho, a uberização na atualidade torna o trabalho mais precário, além disso criam segundo Abílio (2017, p. 3)

mecanismos de transferência de riscos e custos não mais para outras empresas a elas subordinadas, mas para uma multidão de trabalhadores autônomos engajados e disponíveis para o trabalho. Na prática, tal transferência é gerenciada por softwares e plataformas online de propriedade dessas empresas, os quais conectam usuários trabalhadores a usuários consumidores e ditam e administram as regras.

Por mais moderna que seja, a uberização apresenta a mesma forma de organização que no passado se fez presente, a relação capital – trabalho, na qual a subordinação é camuflada sobre a ideia de autonomia e liberdade que o trabalho formal não apresenta, sendo que o Estado corrobora com o prolongamento dessa situação fechando os olhos para a dinâmica, visto que, ainda não há regularização de trabalhos por aplicativos, por exemplo.

Até aqui recuperamos a discussão sobre as mudanças que ocorreram no mundo e no Brasil sobre a informalidade e sobre autoempreendedorismo e o trabalhador por conta própria. No próximo tópico serão listadas algumas

considerações e apontamentos sobre origem e as transformações no setor da confecção no agreste de Pernambuco.

## **2.2 A origem e as transformações da confecção na região agreste de Pernambuco**

No Nordeste, ao que se refere o recém-denominado Polo de Confecções, surgiu entre as décadas de 1940-1950 da necessidade da população Agrestina, pois era uma região seca e que naquele momento estava no meio de uma crise em sua atividade econômica que era o cultivo de milho e algodão. Diante das dificuldades e como estratégia de sobrevivência, a população começou a costurar os retalhos que eram trazidos do Recife, sobras de tecidos que eram jogadas no lixo pelas fábricas têxteis e recolhidas pelos comerciantes que traziam para o Agreste e comercializavam a um baixo custo (MILANÊS, 2020). E, em seguida, do Brás, em São Paulo, o que torna o seu surgimento diferente dos demais centros de desenvolvimentos têxteis e de confecção, pois sua base não esteve relacionada a nenhuma estratégia empresarial, bem como das políticas de incentivos fiscais por parte do Estado e sim de uma necessidade de sobrevivência, tendo em vista as condições econômicas locais, essas roupas eram conhecidas como sulanca pelo fato dos retalhos serem oriundos do Sul, constituídas de um material, conhecido como helanca, um tecido sintético. Eram roupas com preço baixo e associadas à baixa qualidade (BEZERRA, 2013).

Então, o “Território da Sulanca” surgiu muito pelo protagonismo das mulheres que costuravam os retalhos e levavam para as feiras locais e informais, atuando sem registro de firma com trabalhadores sem carteira assinada, além disso, as atividades eram realizadas de uma forma diferente, na organização e gestão se comparada ao setor formal, sem a presença do Estado. A qualificação dessas trabalhadoras era tácita, uma questão muito comum na região, como Milanês (2020) acentua:

a atividade da costura na região envolve elementos muito interessantes, pois sua prática e seus ensinamentos fazem parte de um circuito de transmissão de experiências baseadas em uma sabedoria coletiva, que vem sendo compartilhada e ensinada por membros da família ou por relações de vizinhança e amizade, ainda na infância. O ato de costurar envolve o saber fazer, o conhecimento e o controle sobre a realização da tarefa e também do tempo (MILANÊS 2020, p.7).

Dessa forma, na década de 1950-1960, a confecção se tornou a principal atividade produtiva da região, contando principalmente com o trabalho domiciliar e em família. Com o tempo, há uma tentativa de mudança no cenário e nas suas estratégias, o que era a princípio apenas para sobrevivência, com sua consolidação, Estado e agentes coletivos lançam projetos no setor com o intuito de transformar o Território da Sulanca em Polo de confecções no empreendimento, com o objetivo de conceder um novo propósito, o de acumulação de capital. Neste momento, a dinâmica também tem suas modificações, com aumento da produção, que segundo pesquisa realizada pelo Sebrae (2013) no Polo de confecções, nos dez municípios pesquisados existiam cerca de 18.803 unidades produtivas, sendo 24 % pertencentes a Caruaru – PE, sendo que dessas unidades 15.547 são informais, em empreendimentos complementares são 8.060 facções que são equivalentes a 43 % do total; em Caruaru a estimativa em que 40% dessas unidades são facções, em números seria 3.217, o maior da região.

No começo, na década de 1990 e anos 2000, há uma reelaboração discursiva, na qual o sulanqueiro passou a ser o empresário; e a sulanca no Polo de Confecções, nesse sentido os agentes coletivos tentaram implementar mudanças e cursos profissionalizantes, as mudanças estavam direcionadas a gestão e organização dos pequenos negócios (MORAES, 2013). E das práticas racionais em sua gestão e organização produtiva, com o objetivo de gerar lucros. Dessa maneira, a informalidade passa por uma ressignificação e não mais estava relacionada à estratégia de sobrevivência e sim a uma nova dinâmica de acumulação (BEZERRA, 2013).

Nos anos 2000, as instituições elaboraram uma ação conjunta que tinha como objetivo a capacitação dos trabalhadores das unidades produtivas e a construção de uma nova imagem associada ao Polo, com o surgimento dos centros comerciais e as rodadas de negócio. Nesse intuito, a busca era por “integrar a experiência local à lógica produtiva e comercial dos espaços maiores (nacional e internacional)” (LIMA, 2013, p. 419).

Tiveram diferentes agentes durante a consolidação do Polo, sendo locais ou vindos de outras localidades para empreender nesse espaço, nesse caso, foram lojas de aviamentos e tecidos que se estabeleceram na região. Do outro lado, tem os agentes promotores, pode-se citar o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Associação Comercial e Empresarial de Caruaru

(ACIC) e o Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Pernambuco (SINDIVEST) (VÉRAS DE OLIVEIRA; PEREIRA, 2013). A iniciativa da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) iniciou um processo de modernização em direção a cadeia têxtil, com o objetivo de incentivar a produção por meio da implementação de novas tecnologias e investimentos na região, já que a produção se direcionava para o local, o intuito da SUDENE era torna o setor têxtil regional e nacional (BRAGA, 2019).

Nesse território produtivo existem inúmeras unidades produtivas, conhecidas como fabricos e facções. As facções, denominação local para espaços produtivos localizados em espaços domiciliares que são responsáveis por uma parte do processo produtivo na confecção da peça de roupa, não possuindo dessa maneira a matéria prima. No circuito, os fabricos ou fábricas encaminham para as facções uma parte da peça para que possa realizar seu trabalho, como, por exemplo, uma facção de corte recebe os moldes e o tecido para que o cortador realize sua tarefa e encaminhe as peças para a próxima etapa em outra facção (ANDRADE, 2019). Na definição de Braga (2019, p. 114):

Esse empreendimento produtivo geralmente é responsável por uma ou duas etapas da produção de confecções e presta serviço para os fabricos e fábricas. São unidades produtivas menores, informais, familiares, com estruturas improvisadas, possuem um número menor de maquinário e se especializam em uma ou duas etapas da produção.

Na linha da montagem da peça (no fluxo produtivo da confecção de *jeans*), a primeira etapa seria a modelagem com a criação de moldes de acordo com as designações dos fabricos e fábricas, em seguida, os moldes são enviadas para a de corte, onde o tecido são cortados conforme os moldes enviados, a próxima é a montagem das peças com os cortes, a facção de costura, que pode realizar todo o processo ou dependendo do acesso aos tipos de máquinas de costura, dessa forma, uma parte da peça é encaminhada para outra de costura também, como é o caso do traveste e caseado. A seguir, as peças podem seguir dois caminhos, diferenciado se for o caso ou ir para a lavanderia, e, por fim, as de acabamento para retirar os pêlos e empacotar as peças para seguirem para os fabricos ou fábricas (ANDRADE, 2019).

A dinâmica da região é ímpar de várias formas que a diferenciam de outros polos de confecção, tanto na sua formação, desenvolvimento e modernização, quanto na sua dinâmica de funcionamento, dentre as suas peculiaridades, a

informalidade pode-se destacar como uma faceta que se reformula no decorrer da história da região, fazendo-se presente desde a contratação até as relações interpessoais na gestão e organização do trabalho (PEREIRA, 2018).

Na região, as facções estão inseridas no segmento da confecção e são pontos de ligação tanto para fabricos informais como para fábricas formais que utilizam essas unidades no processo produtivo.

O ponto de ligação entre as unidades produtivas do segmento ao conectarem a informalidade à formalidade nas etapas da produção, visto que se posicionam na cadeia como prestadoras de serviço informais para os fabricos, mas também às fábricas, além de representarem o espaço social no qual a persistência do trabalhador informal no processo de trabalho é mais evidente (PEREIRA; FREIRE, 2021, p. 20).

Nessa mesma perspectiva Braga (2019, p. 115) aponta para a formação do Polo de confecções com bases informais, a expansão das atividades e as tentativas de modernização foram acompanhadas pelas características da formação da região da sulanca e “interligada à identidade das cidades que deram origem à sulanca”.

O polo de confecções deixou de ter uma produção periférica e passou a ter projeções considerável em níveis nacionais, como a projeção que foi realizado no estudo do Sebrae (2013), no qual a cidade de Toritama era responsável por 16 % da produção de jeans nacional. As facções de jeans estão inseridas nessa produção, fazem parte da produção que cada vez mais tem um destaque estabelecido pela quantidade de peças produzidas.

### **2.3 Debate sobre AutoEmpreendedorismo e o Conta própria no Polo de Confecções**

Dentre as discussões sobre as reconfigurações no trabalho, o trabalho por conta própria torna-se uma modalidade crescente em contraposição ao contrato de trabalho estável e com carteira assinada, com a discussão de ser dono de si, controlando seu tempo e sua gestão tendo autonomia e liberdade de atuação, sendo, dessa forma, o oposto ao assalariado que segue uma hierarquia de comando (HOLZMANN, 2013).

Para iniciar esse debate vale ressaltar o conceito de empreendedorismo, que segundo a ONG Americana Global Entrepreneurship Monitor (GEM)<sup>3</sup> “o empreendedorismo é qualquer tentativa de criação de um novo negócio, seja uma atividade autônoma e individual, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente” (GEM, 2019, p. 20). Partindo desse princípio, todos os trabalhadores que procuram por uma nova inserção produtiva no mercado podem empreender, podendo dessa forma, garantir uma renda ou gerar uma receita extra.

Nos estudos que tem como escopo de pesquisa o empreendedorismo existe uma classificação que define o mesmo de duas formas, de tal maneira que ambas se tornam extremos opostos, como notar-se na colocação de Colbari, “A polarização entre empreender por necessidade (“efeito refugiado”) e empreender por oportunidade (“efeito empreendedor”) é um recurso analítico recorrente no rastreamento dos elos entre empreendedorismo e dinâmicas econômicas que geram emprego, desemprego e subemprego” (COLBARI, 2015, p. 6).

Vale salientar a importância dessa polarização, pois nos últimos anos a glamorização por parte da sociedade ocidental quanto ao empreendedorismo, associado ao mesmo a autonomia e a liberdade, além do aumento da renda, colocando como um recurso de sucesso para os que querem um mercado de trabalho baseado nessa ‘autonomia e liberdade’. Foi a partir da década de 1990, que houve por iniciativa do governo uma política de incentivo ao crédito, possibilitado um aumento na atividade empreendedora no país. A partir desse momento até os dias atuais existe um movimento de ressignificação, tal como coloca Colbari (2015), “o recente movimento de ressignificação da noção de empreendedorismo coincide com as mudanças no paradigma produtivo-organizacional e no contexto institucional, político e ideológico” (COLBARI, 2015, p. 8).

O que se pode notar nessa afirmação é que a tentativa de ressignificar esse ideário corresponde a um esforço de manter um sistema de controle social, como Colbari (2015) realça quanto ao autoemprego “ como o autoemprego e o pequeno negócio; e como preservação de mecanismos de controle social, ao legitimar alternativas de ocupação aos expulsos e aos não incluídos no mercado de trabalho formal” (COLBARI, 2015, p.8).

---

<sup>3</sup> Trata-se de uma organização que inclui pesquisadores e acadêmicos na área de empreendedorismo vinculados a instituições e pesquisas que buscam dados relacionados a economia informal e atividades formais.

Na perspectiva de Rosenfield (2015, p. 120), o autoempreendedorismo “combina a perspectiva de independência com a autonomia para prover o autossustento.” sendo, dessa forma, uma estratégia de adquirir renda de acordo com suas necessidades e recursos disponíveis.

Segundo Rosenfield (2015) existem três estratégias de inserção por meio do autoempreendedorismo, são elas: de aquiescência, de resistência e de combinação de adaptação e resistência. A primeira refere-se à aceitação das normas, a segunda, busca meios para atuar fora do sistema, abandonando as normas que julgam como causadora das desigualdades no sistema. E, por fim, a terceira que combina as duas primeiras, aceitando umas normas e refutando outras.

A tendência de vários países, inclusive o Brasil, incluem um universo de atividades, nas quais o autoemprego pode absorver, desde desempregados aos pequenos artesões e a profissionais que possuem certa especialidade. Sendo atraído principalmente por características que se tornam um atrativo a mais, tais como a flexibilidade nos horários, a famosa frase dita por muitos que estão inseridos nesse contexto ‘eu faço meus horários’, o fato de ser seu próprio chefe, de fazer sua própria autogestão, tal como colocou Prandi (1978, p.56) “ser patrão e empregado de si próprio”.

Em seu estudo, o autor supracitado exemplifica a heterogeneidade da categoria que se torna inerente ao autoemprego, são trabalhadores que prestam serviços que não dispõem de capital para gerirem sem negócios, e dessa maneira, exercem uma atividade de forma precária.

E, por fim, no que se refere às condições do trabalhador por conta própria frente à organização produtiva, os trabalhadores autônomos e empreendedores estão submetidos à lógica do capital e como colocou Colbari (2015, p. 22) “ sob a máscara enganadora da autonomia”.

Para iniciar o debate sobre o Polo de confecções é importante situar que na região que o trabalhador por conta própria tem certas peculiaridades que o diferem e interfere na sua percepção e experiência socioprodutiva no Agreste Pernambucano.

O conta própria é um tipo de trabalhador que se confunde com a origem da atividade de confecção na região e se apresenta nas diversas ocupações que cruzam a linha do tempo da história local – as sacoleiras, os carregadores nas Feiras da Sulanca, os mecânicos de máquinas; os cortadores de tecidos que “correm” os fabricos da região ou estão em garagens/salões de produção; as(os) costureiras(os) em fações de modelagem, acabamento, corte-costura (PEREIRA; FREIRE, 2021, p. 10).

O trabalhador por conta própria está inserido em todas as etapas da organização produtiva, desde a modelagem até a parte final do acabamento das peças, tendo ocupações e rendimentos diferentes, conforme atividade desempenhada.

Para Cacciamali (2000), os trabalhadores por conta própria ocupam uma categoria que tem como objetivo se autoempregar. Nesse parâmetro atuar na produção ou nos serviços, sendo sua renda relacionada a demanda produtiva, nesse caso a períodos em que a produção tem uma alta demanda, caso contrário, seus serviços terão impactos negativos consequentemente sua renda será afetada.

No caso da categoria trabalhadores por conta própria, ou formas análogas, como muitos microempresários, desejamos apontar que eles estão criando uma ocupação no mercado de bens, principalmente na prestação de serviços, com o objetivo de se auto-empregar. O que caracteriza esse grupo, especialmente aqueles que operam com baixo nível de produtividade com relação às empresas capitalistas, é que compreende indivíduos com pouco nível de capital físico ou humano, que são simultaneamente patrões e empregados de si mesmos (CACCIAMALI, 2000, p.167).

Nessa categoria existe uma variedade de ocupações, conforme Kon (2004) cita em seu trabalho sobre “a natureza heterogênea das ocupações englobadas nas categorias de trabalhadores por conta própria, varia em relação às condições de trabalho, nível de remuneração, requisitos de qualificação ou escolaridade e mesmo nível de continuidade ou estabilidade na ocupação” (KON, 2004, p. 5).

No que se refere ao trabalhador por conta própria tem os qualificados e os não qualificados (KON, 2004). Nessa pesquisa, os sujeitos estão classificados na categoria trabalhador por conta própria não qualificado, que segundo Kon (2004) são responsáveis pela execução de tarefas simples e repetitiva que são ensinadas em pouco tempo. Na perspectiva de Holzmann (2013), seria o patrão de si mesmo, o empreendedor que dita o ritmo do trabalho e do seu tempo (MOURA, 2019).

Para Silva (2019), outro fato importante sobre o conta própria é que o mesmo pode formalizar o negócio através do Microempreendedor Individual (MEI), tendo dessa forma um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, desde que esteja de acordo com as normas estabelecidas na lei complementar nº128/2008, sendo uma delas o rendimento anual bruto de até 81.000.00. Com a formalização por meio do CNPJ é possível pleitear empréstimos com a abertura de contas bancárias. Além disso, teria acesso aos benefícios previdenciários, a partir do momento que começasse a contribuir (PEREIRA, 2019). E, por fim, outra vantagem seria a saída da informalidade (SILVA, 2019).

Além disso, o argumento de que o retorno financeiro seria melhor e mais atraente do que no mercado formal. Dito isso, pode-se notar que esse discurso teria suas devidas implicações, “não é demasiado sublinhar o alargamento semântico do empreendedorismo nesses discursos bem como seus impactos na esfera das representações sobre o trabalho e da constituição das identidades profissionais e sociais” (COLBARI, 2015, p.21).

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Esse capítulo está organizado em seções, onde serão apresentados os sujeitos da pesquisa, como foi realizado a delimitação, a seleção dos sujeitos e o lócus da pesquisa, assim como o plano de produção do material empírico e análise, e, por fim, as limitações que foram enfrentadas nesse estudo.

#### **3.1 Delimitação da pesquisa**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, indicada quando o pesquisador tem como objetivo entender as razões dos sujeitos e o seu cotidiano (MINAYO, 2009). Trata-se de uma pesquisa descritiva, que busca a partir das observações e entrevistas com os 10 sujeitos, identificar o perfil socioeconômico dos trabalhadores pesquisados, assim como a organização produtiva e as condições de trabalho. Fazendo, dessa forma, uma análise descritiva do setor de confecções, especificamente, as facções de jeans no bairro do Salgado em Caruaru – PE (VERGARA, 2009).

#### **3.2 Lócus da pesquisa e seleção dos sujeitos**

A pesquisa foi realizada em Caruaru, no Agreste Pernambucano, no setor de confecções, no bairro do Salgado, especificamente, no processo produtivo do *jeans*. A pesquisa de campo foi feita em nove facções que compõem o processo produtivo, sendo: uma facção de corte e modelagem; uma de corte; quatro facções de costura; uma de diferenciado e duas de acabamento, permitindo, assim, uma visão ampla da organização do trabalho. Os nomes dos sujeitos foram substituídos por pseudônimos para preservar as suas identidades e serão aqui designados como E01...E10.

Depois que foi estabelecido o objeto de estudo e o campo de pesquisa, os 10 sujeitos foram escolhidos por conveniência, na fase exploratória e na seguinte (VERGARA, 2000). Por indicação de uma colega da UFPE, entramos em contato com a primeira pesquisada no campo empírico, uma mulher que exercia dentro da produção a função de peleira. Posteriormente, os 10 sujeitos foram indicando outros que faziam parte do circuito, conhecidos, vizinhos ou familiares que estavam

inseridos no setor de confecção, sempre com o cuidado de abranger todo o processo produtivo da peça jeans, sendo essa estratégia conhecida como bola de neve (VERGARA, 2000). Dessa maneira, no mesmo dia conseguimos duas facções diferentes, depois da facção de acabamento, fomos a uma de costura, a partir daí marcamos em outra facção.

Os trabalhadores por conta própria são os sujeitos, os que estão inseridos em pequenas unidades produtivas, denominadas localmente como facções. Procuramos, nesse caso, entender o processo produtivo local, para assim descrevê-lo de acordo com as falas dos entrevistados e por meio da observação.

### **3.3 Produção do material empírico**

Foram feitas observações sistemáticas e 10 entrevistas<sup>4</sup>, sendo duas na fase exploratória, com roteiro não estruturado, no qual tinha apenas uma pergunta para direcionar a entrevista e 8 entrevistas semiestruturadas, com um roteiro de perguntas que foram desenvolvidas a partir da revisão de literatura (vide APÊNDICES A e B). As observações diretas contaram com a criação de um diário de campo e com questões que foram anotadas antes da ida a campo, de acordo com o foco da pesquisa e com os objetivos específicos (VERGARA, 2000). As entrevistas foram gravadas e realizadas no período de fevereiro, maio a julho e novembro de 2019 e totalizaram mais de sete horas, uma média de 43 minutos em cada entrevista. A observação direta foi realizada em 9 facções e produziu-se anotações organizadas em um diário de campo, no qual foi possível identificar o processo de trabalho, por isso, fez necessário percorrer todas as facções que fazem parte, como mencionado no parágrafo anterior (MINAYO, 2002).

### **3.4 Plano de análise do material empírico**

Para análise do material empírico decidiu-se fazer uma análise de conteúdo temática, que segundo Minayo (2002), o emprego dessa análise tem duas funções,

---

<sup>4</sup> Das 10 entrevistas que foram realizadas, 9 foram resultados da ida a campo do projeto de iniciação científica e uma entrevista resultou do acordo de cooperação técnica entre o Grupo de Estudos e Intervenções do Agreste (GEIA) e a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Pernambuco (SRTb/PE).

sendo: a verificação das hipóteses e a descoberta de questões que no primeiro momento não são tão perceptíveis. Na primeira, está relacionada a respostas para os pressupostos que foram formulados antes da pesquisa de campo, com a pesquisa teórica. A segunda vai além do que é visto ou comunicado, indo além do que é dito, encontrando, de certa maneira, conteúdos que não ficaram explícitos nos conteúdos estabelecidos. Para a realização da análise, seguimos as seguintes etapas: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação (MINAYO, 2002). Na mesma linha de Flick (2013), no primeiro momento organizamos o material, fazendo a leitura para entender a estrutura, as principais falas, as mensagens mais citadas, os tópicos que foram mencionados mais vezes, dessa forma, estabeleceram-se categorias e unidade de registros que vão ajudar na interpretação do material.

Na segunda fase é importante explorar o material com cuidado e, segundo Minayo (2002), esta é a fase mais longa do processo, sendo necessário fazer a leitura do material várias vezes para entendê-lo melhor. E, por fim, tem-se a fase de tratamento e interpretação do material que requer um olhar singular e cuidadoso para interpretar as informações e os conteúdos que nas palavras de Minayo (2002, p. 38) são "subjacente ao que está sendo manifesto".

### **3.5 Limitação da pesquisa**

Dentre as limitações da pesquisa, em decorrência da pandemia e do cenário de isolamento social, não foi possível ir a campo para incluir novas entrevistas. Por esse motivo, utilizamos o material empírico da pesquisa de iniciação científica, que foi realizada em 2019, durante período de vigência do projeto de pesquisa no âmbito do PIBIC/UFPE 2018/2019.

Os impactos da pandemia no setor de confecções e para os respectivos trabalhadores foi direta com o fechamento da feira local, que é a principal forma de comercialização das roupas fabricadas na região e, conseqüente, fonte de sobrevivência dos entrevistados. Estes fatores também dificultaram o acesso aos trabalhadores, dificultando o acompanhamento *in loco* das mudanças no trabalho por conta própria, decorrentes dos impactos negativos da pandemia, sobretudo na saúde e na renda dos pesquisados.

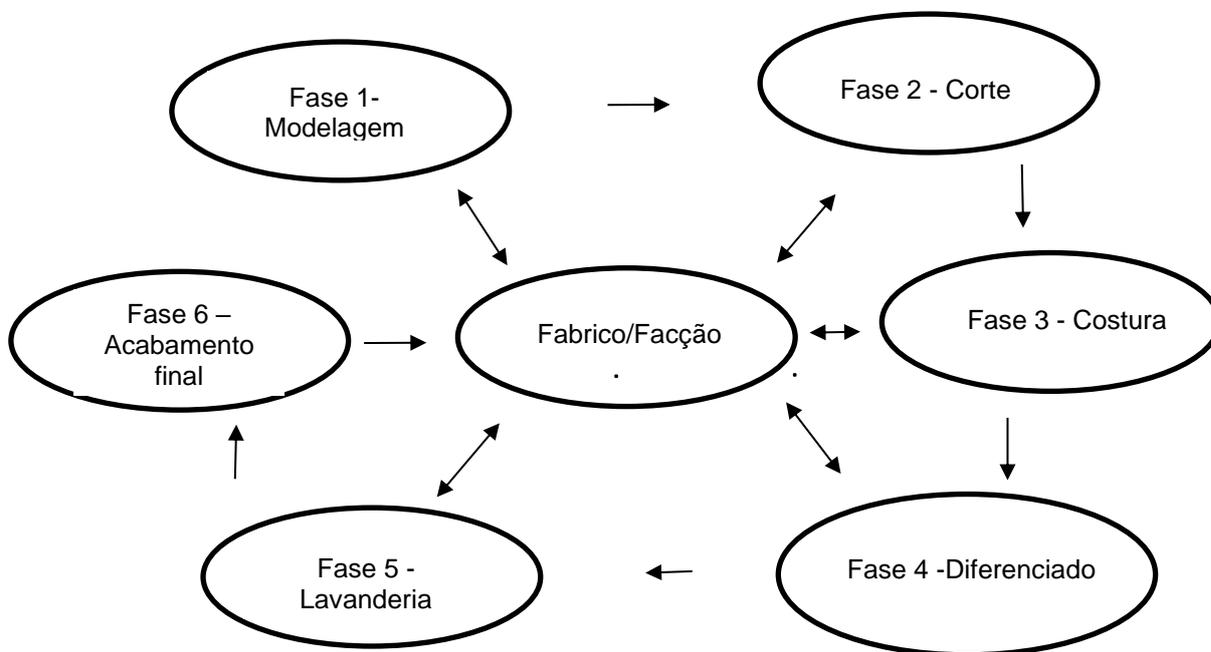
## 4 DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

A seguir, serão apresentadas em secções o aprofundamento da análise do material empírico, respondendo aos objetivos que foram supracitados nesse estudo, seguindo essa linha, serão elencados os seguintes tópicos: primeiro, a caracterização da organização da produção e do ambiente de trabalho nas facções de *jeans*, em seguida, identificaremos o perfil socioeconômico dos trabalhadores pesquisados e suas condições de trabalho no segmento da confecção, e por fim, as conexões dos trabalhadores com o ideário do autoempreendedorismo e do trabalho por conta própria.

### 4.1 Caracterização da organização da produção e do ambiente de trabalho nas facções de jeans

Iniciamos essa seção explicando como é a organização produtiva do jeans, para exemplificar, o quadro a seguir mostra como é o circuito de facção para facção.

Quadro 1 - Fluxo da organização produtiva do jeans nas facções



Fonte: Autoria própria, 2022.

Cada facção exerce uma função específica, sendo divididas por etapas do processo produtivo, a sequência básica seria modelagem, corte, costura, diferenciado, se for necessário, e acabamento, nessa última tem uma variedade, tem

as de tirar pêlo e as de empacotar. Durante a pesquisa de campo, percorremos toda a organização produtiva, com o cuidado de ter contato com todas para entender e a partir disso fazer uma descrição mais concreta do processo. Nesse sentido, realizamos observação em duas facções de corte, quatro de costura, uma de diferenciado e uma de acabamento. A responsabilidade por fazer esse percurso de facção em facção também é um trabalhador por conta própria e como explicou a entrevistada E01 *“ele trabalhava pro dono mesmo. Ele tem a responsabilidade de buscar nas costureiras, leva pra fábrica, leva na lavanderia, depois leva lá (facção), aí ele pega também, conta e vem trazer aqui, chegar aqui eu conto também para ver se bate. É uma responsabilidade”* (TRABALHADORA 01, entrevista em fevereiro de 2019).

Os acordos realizados nas facções são em sua maioria informais, o contratante procura os trabalhadores em seu domicílio e faz a negociação, estabelecendo valores e prazos, que pelo observado no campo de pesquisa acaba por beneficiar o proprietário e conseqüentemente coloca o trabalhador em situação desfavorável e à margem dos direitos (MILANÊS, 2015).

#### **4.1.1 Facção de modelagem e corte**

A primeira facção no processo produtivo do jeans é a modelagem, é onde cada peça é confeccionada a partir das indicações dos proprietários de fábricas e fabricos de como seria as peças, os moldes geralmente são feitos em papelão específico que são direcionados as facções de corte, para os cortadores com os moldes em mão realizar seu trabalho, geralmente as facções de corte funcionam em garagens ou em espaços que são uma extensão da casa dos trabalhadores, basicamente são necessários três equipamentos, a mesa de corte, uma máquina, e luvas que foi observado que alguns fazem o uso outros não, é um material de segurança, para que não haja contato direto da máquina com a mão do trabalhador, conforme o estudo de Pereira, Andrade e Silva (2018) relatos de campo sobre a segurança e a utilização de Equipamento de Proteção Individual (EPI) corretos para manuseio das máquinas, situações em que os trabalhadores se machucaram por falta deles, principalmente na facção de corte, (vide imagem 1).

Imagem 1 - Facção de corte



Autoria: dados coletados, 2019.

#### 4.1.2 Facção de costura

Considerando que essa seria a terceira fase no processo produtivo, responsável pela construção da peça, depois da facção de corte, os moldes cortados são direcionados as de costura que montam a peça de acordo com as designações, seria a parte mais demorada no processo, sendo envolvida várias máquinas de costura, nesse caso, tem diferentes facções, desde daquelas que possuem todas as máquinas necessárias para a montagem à facções que detêm algumas e precisam enviar as peças para serem finalizadas em outras.

Geralmente, as facções são mais equipadas do que as demais, com uma variedade de máquinas, funcionam em espaços ao lado dos domicílios ou em varandas e garagens, locais onde o espaço é dividido entre peças prontas para a entrega e peças para serem confeccionadas, além de objetos do domicílio ou brinquedos (vide imagem 2 – bicicleta do filho no ambiente de trabalho), cenário comum conforme estudo de Corteletti (2020) realizado em Santa Cruz do Capibaribe, no qual os relatos de campo apontaram similaridades nos ambientes de trabalho.

A facção de costura (vide imagem 2) possui seis máquinas, podendo ser reta, interlock, overlock, duas agulhas e três agulhas. A reta executa um ponto fixo ou reto formado por duas linhas, a overloque executa duas funções simultaneamente, a costura e o chuleado - que impede que a peça desfie, dando um acabamento no

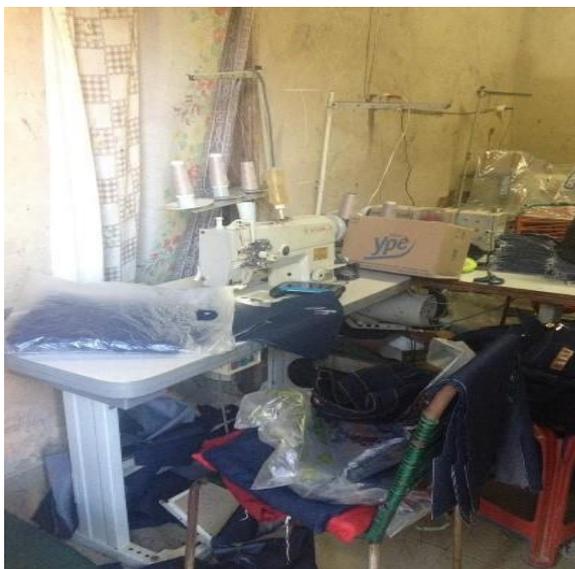
tecido, a interlock são duas agulhas que fazem o trabalho da overlock, passando até quatro fios no mesmo momento, a duas agulhas faz um ponto corrente, unido as partes da peça (ANDRADE, 2019).

Imagem 2 - Facção de costura



Autoria: dados coletados, 2019.

Imagem 3 - Facção de costura



Autoria: dados coletados, 2019.

#### 4.1.3 Facção de Diferenciado

De acordo com material empírico, essas facções estão inseridas na parte de colocar efeito na peça, nessa etapa são feitos os puídos e paisagens, caso seja necessário no jeans, na imagem 4, pode-se observar o que é conhecido na região como puído, são feitos para dar o efeito rasgado na peça. Basicamente, são dois

principais processos nessa facção, são os puídos como foi supracitado e os efeitos que são gerados a partir de produtos químicos, feitos com uma pistola, com aplicação desses produtos em cima da peça, que em seguida, são enviados para a lavanderia, para após o processo de lavagem, as peças estarem com os efeitos de paisagens e cores desejados (ANDRADE, 2019).

Na facção observada, o ambiente de trabalho era um galpão que ficava atrás da casa que era alugada, um espaço onde era deixando os produtos químicos e a pistola, além de balcões onde as peças eram colocadas (vide imagem 4).

Imagem 4 - Facção de diferenciado



Autoria: dados coletados, 2019.

#### **4.1.4 Facção de acabamento final**

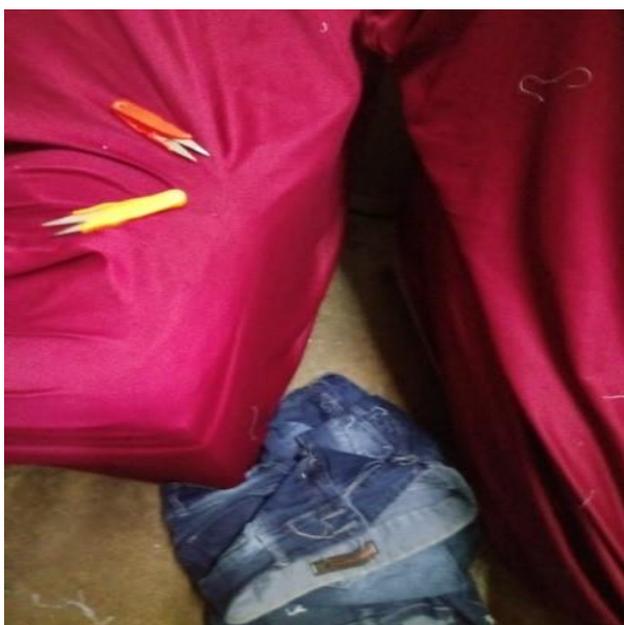
Facções que estão inseridas na última fase do processo produtivo, variam na sua função, podendo ser de tirar pelo ou de empacotar as peças, a entrevista e observação foi realizada em uma de tirar pelo que dentre as facções que fizeram parte da pesquisa, seria a mais precária e com o menor retorno financeiro, pelo que foi observado.

O espaço produtivo era a sala de estar, em meio aos sofás e a televisão, espaço de casa e trabalho se misturava, os horários do que era para fazer o trabalho doméstico se mesclavam com o trabalho para entregar as peças (ANDRADE, 2019). A entrevistada E01 tinha como instrumento duas tesouras (vide imagem 5), sentada durante horas no sofá com duas tesouras pequenas, que segundo ela ajudavam na velocidade, para melhor auxiliar no processo, com duas pilhas de roupas, uma do seu lado com as peças que precisavam tirar os pelos e outra mais afastada, entre os

sofás, que já estavam prontas para serem entregues. Dentre as facções que foram observadas, a de acabamento final, tirar pelo, foi a mais precária, tanto no seu rendimento como nos horários e nos instrumentos de trabalho. Com a intensificação na jornada, o famoso 'cerão' que é adotado por todos os trabalhadores pesquisados quando se há uma demanda e os contratantes solicitam uma maior agilidade na entrega, situação que é apontada por outros estudos realizados no agreste pernambucano (PEREIRA; ANDRADE; SILVA, (2018); CORTELETTI, 2020). Como é observado na fala da entrevistada E01:

Depende do horário que chega, as vezes eu fico até 18:00 ou 19:00, aí vou, tomo banho, tomo café, descanso um pouquinho. Mas aí quando eu vejo que ele quer logo eu ainda trabalho até umas 22:00, mas isso quando eu aguento, quando eu não aguento vou dormir, aí no outro dia eu madrugo, acordo umas 04:30 ou 05:00 pra poder tirar as peças pra entregar de 08:00 quando ele vem buscar (TRABALHADOR 01, entrevista em fevereiro de 2019).

Imagem 5 - Facção de acabamento final



Autoria: dados coletados, 2019.

#### **4.2 Trabalhadores das facções: perfil socioeconômico, condições de trabalho e conexões com o ideário do autoempresendedorismo**

A maioria dos trabalhadores tem uma qualificação parecida, aprenderam durante sua infância, com suas famílias fazendo parte do circuito aprendendo na prática, ao observar seus familiares fazendo, outros tiveram sua inserção mais tarde, mas aprenderam de forma tácita, sem cursos profissionalizantes na área, conforme

Kon (2004), os trabalhadores realizam tarefas simples e repetitivas que são ensinadas em um curto período.

De acordo com as informações de campo, já tiveram contato com o setor de confecções trabalhando em fábricas e fabricos, e, depois, seguindo sua inserção como conta própria. Às vezes com instrumentos básicos, como no caso da entrevistada E01, até casos como os entrevistados 02 e 03 que tinham pelo menos seis máquinas, sendo elas: reta, interlock, overlock e duas agulhas.

Quadro 2 – Perfil socioeconômico dos trabalhadores e sua inserção nas facções de jeans

Facções /trabalhador	Perfil	Inserção
Facção de Acabamento Trabalhadora 1 – Peleira	Dona/trabalhadora, mulher, separada, três filhos, começou pela necessidade de complementar a renda e por meio de familiares inseriu-se na cadeia como peleira.	Iniciou há 11 como 'peleira', tirando 'pêlo' de peças <i>jeans</i> no bairro do Salgado.  um trabalho que pode ser realizado no ambiente doméstico, conciliando assim, as atividades da facção, da casa e da maternidade.
Facção de costura Trabalhadores 2 e 3 – Costureiros	Casal de proprietários e um filho. A mulher está inserida no processo desde cedo, aprendeu toda a etapa de montagem das peças trabalhando em fábricas. O homem se inseriu a partir do contato com a produção quando trabalhava em lavanderia	Está na facção há 16 anos, um trabalho informal, sem CNPJ, sem nenhuma proteção social e em um ambiente precário, com pouca iluminação e ventilação.
Facção de costura Trabalhadora 4- Costureira	Dona/trabalhadora, 49 anos, mulher, três filhos, começou a trabalhar com 16 anos.	Estabeleceu-se há 16 anos com a costura de saias curtas e longas e na montagem da peça piloto.  Sendo inserida no mercado por sua madrinha. Aprendeu na prática todo o processo.
Facção de corte Trabalhador 5 – Cortador	Dono/trabalhador, 33 anos, homem, casado, duas filhas. Atua como maqueiro em um hospital e como cortador.	Iniciou na facção há 6 anos, na segunda parte do processo produtivo, que é o corte de tecidos, principalmente o <i>jeans</i> . Aprendeu na prática.

Facções /trabalhador	Perfil	Inserção
Facção de acabamento Trabalhadora 6 - Travete e Caseado	Dona/trabalhadora, 40 anos, casada, uma filha, ensino médio. Aprendeu na prática, observando o trabalho.	Iniciou a 10 anos atrás, no meio familiar, no fabrico de sua cunhada. Está inserida no processo de acabamento, responsável pelo travete e caseado
Facção de diferenciado Trabalhador 7 –Diferenciado	Dono/trabalhador, 31 anos, curso técnico de recursos humanos, casado.	Há 14 anos está inserido na cadeia produtiva de confecções, por indicação familiar começou a trabalhar em lavanderia. Há 1 ao e meio possui sua facção. Aprendeu na prática todo o processo produtivo nas lavanderias em Caruaru e Toritama.
Facção de corte Trabalhador 8 – Cortador	Dono/trabalhador, 36 anos, casado, Ensino fundamental incompleto.	Há 15 anos trabalha com confecção. Há quatro anos com a facção de corte.  Qualificação tácita, iniciou por indicação do irmão.
Facção de costura Trabalhadora 9 – Costureira	Dona/trabalhadora, 33 anos, casada, dois filhos, ensino fundamental incompleto.	Começou a trabalhar com 12 anos. Há 6 anos constitui a facção de costura. Montagem das peças, exceto o traveste e o caseado.
Facção de costura Trabalhadora10 –Costureira	Dona/trabalhadora, 29 anos, solteira, ensino médio incompleto	Começou a trabalhar com 17 anos. Há seis anos com a facção de costura, com peças infantil e juvenil.

Fonte: Andrade, 2019.

Em relação à renda dos entrevistados, esta varia muito, principalmente de facção para facção, a instabilidade financeira é comum, visto que os trabalhadores não têm um controle dos seus rendimentos, assim como uma ausência na previsão de como será a produção da semana ou do mês (PEREIRA; FREIRE, 2021). Segundo Corteletti (2020, p. 20) “através dos depoimentos de faccionistas que a tão

sonhada autonomia e liberdade é relativa, uma vez que dependem do trabalho da 'patroa' contratante e nem todas as semanas recebem a mesma quantidade de trabalho". Conforme observado no campo, os trabalhadores pesquisados são dependentes da demanda dos contratantes, em épocas sazonais, os trabalhadores têm dificuldades financeiras ocasionadas por essa instabilidade.

Facções que realizam o trabalho de montagem da peça, as de costura e que tem o número maior de máquinas recebem o valor maior, a entrevistada E03 "*ele paga a dois e trinta cada peça, essa daqui ele paga a três reais, outra aqui é dois e oitenta, as longas se não forem difíceis, ele paga a dois e oitenta, já essa como tem muita costura e dá trabalho, o valor sai por três reais*" (TRABALHADOR 03, entrevista em junho de 2019). Esse valor por peça em uma facção de costura, realizado a montagem. Já em uma facção de acabamento, especificamente de travete e caseado, o valor pago colocado pela E05 "*Quarenta centavos. O travete sai a dez centavos e as caseado a cinco centavos*" (TRABALHADOR 05, entrevista em novembro de 2019). O travete é o processo de colocar mais pontos nos bolsos e em pontos que precisam de maior segurança para não rasgar na lavagem, já o caseado é fazer a parte dos botões. Levando em conta apenas o retorno financeiro, as facções de acabamento são as mais precárias, no sentido de valor pago por peça, na maioria são centavos, no caso da peleira E01 "*era sete centavos por peça, as vezes oito centavos*" (TRABALHADORA 01, entrevista em fevereiro de 2019).

No que se refere a inserção dos trabalhadores, em sua maioria, tiveram sua entrada no setor de confecção de jeans, através de parentes, amigos ou vizinhos. Como o caso da trabalhadora E01:

Era, na outra casa, lá embaixo. Aí as meninas tiravam pelo numa casa sempre que eu passava. Aí depois outra menina começou pegando também, trazendo pra casa dela, aí eu ficava sempre olhando, observando e pegava umas peças para ajudar ela e aprendi a tirar. Aí depois eu fui pegar pra mim que eu estava precisando (TRABALHADORA 01, entrevista em fevereiro de 2019).

Assim como, Machado da Silva (1971) menciona em sua dissertação sobre os mercados serem altamente institucionalizados, sendo o mercado informal influenciado pelas relações pessoais, como a entrevistada E05 "*minha cunhada tinha um fabrico há uns dez anos atrás, e foi lá que eu me interessei, comecei a fazer acabamento*" (TRABALHADORA 05, entrevista em novembro de 2019).

Das categorias que serão discutidas abaixo, duas delas indicam a conexão dos trabalhadores com o ideário do autoempreendedorismo e do trabalho por conta própria, são elas: o 'ser dono do próprio negócio' e o 'ter autonomia sobre os horários'. A primeira colocação é recorrente quando discutimos sobre o conta própria, nos estudos de Prandi (1978), no qual o autor faz a seguinte menção 'ser patrão e empregado de si próprio', a partir desse entendimento o negócio é baseado na autogestão do trabalhador, que seria responsável por toda organização e gestão do trabalho (HOLZMANN, 2013).

A maioria dos entrevistados atuavam sozinhos em suas facções, dos 10 entrevistados, tinham dois que contavam com a ajuda de um conhecido, como foi mencionado pelo E04 *"geralmente, quando aumenta a produção, quem tem que aumentar o tempo de trabalho sou eu, porque ele só vem ajudar uma vez ou outra, aí não tem como eu exigir que ele venha mais vezes. Eu precisaria de um funcionário simples"* (TRABALHADOR 04, entrevista em junho de 2019). E o outro da facção de diferenciado, entrevistado E06 que da mesma forma quando era preciso *" Só quando a rotina tá pesada mesmo, aí preciso chamar ele"*(TRABALHADOR 06, entrevista em junho de 2019). E no caso da facção de costura que era um casal. Os demais atuavam sozinhos em suas atividades.

Em relação a concepção dos entrevistados com a relação a ser dono do próprio negócio, tinham opiniões parecidas, principalmente no que se refere a autonomia e horários de trabalho. A entrevistada E05 em seu depoimento colocou que se sentia dona do negócio, pois em suas palavras *"porque no fim sou eu que resolvo tudo, todas as questões, as pessoas procuram a mim"* (TRABALHADORA 05, entrevista em novembro de 2019).

Os entrevistados tiveram sua inserção no mercado há mais de 5 anos, de várias formas, seja em sua primeira inserção no mercado de trabalho, na família ou ao longo de sua trajetória, como no caso do trabalhador E06 na facção de diferenciado que iniciou sua trajetória em uma lavanderia industrial, aprendeu o processo e depois de um tempo decidiu seguir por conta própria com uma facção, oferecendo dois serviços, durante o tempo, depois voltou a trabalhar em outra lavanderia em Toritama, na qual a remuneração era feita por peça, após quatro anos, voltou a Caruaru e começou com a facção novamente (TRABALHADOR 06, entrevista em maio de 2019).

Nesse meio, a confiança é um dos pilares mais importantes na negociação entre as partes, no relato do entrevistado E06 “ *O pessoal vem mais por conta da confiança mesmo, esse mesmo tá fazendo o teste com essas amostras*”, alguns contrataram antes de fecharem o negócio solicitam um teste aos trabalhadores para verificarem seu trabalho.

Essa confiança também está relacionado aos pagamentos que é feito por meio do ‘boca a boca’, sem nota fiscal como relatou o trabalhador E06 “*normalmente os clientes no meu caso são de confiança e eu sei mais ou menos como ocorre o pagamento*” (TRABALHADOR 06, entrevista em maio de 2019).

O controle nesse caso ocorre de uma forma peculiar, nas entrevistadas foram observados três pontos principais, os prazos, a contagem das peças e a verificação da qualidade. O ritmo do trabalho está diretamente relacionado ao dia da feita na cidade que acontece na segunda, portanto o trabalho se dar na sintonia de entrega no domingo, antes da feira. A entrevistada E05 mencionou como dificuldade “ *os prazos apertados e a pressa dos clientes, porque eles já vêm querendo levar isso pra lavanderia então eu não tenho como fazer as coisas descansadamente. É tudo em cima da hora*”. Na facção de costura, por exemplo, já ocorreu casos em que o contratante ligava por meio de vídeo chamada para verificar o trabalho e cobrar os prazos de entrega. No dia da entrega das peças, há a verificação da quantidade de peças e da qualidade do serviço realizado na facção. Nesse sentido, o estudo de Colbari (2015) menciona a lógica a qual esses trabalhadores estão inseridos, sob a qual a autonomia é valorizada, mas trata-se de uma, nas palavras da autora, máscara enganadora que insere os trabalhadores autônomos e empreendedores em uma lógica de acumulação do capital.

Conforme relatos de campo, o entrevistado E07 relatou como iniciou nessa atividade e no final, em sua colocação ser dono do próprio negócio é melhor do que depender dos outros:

Eu comecei a cortar né, mas eu comecei em fabrico fazendo outras coisas, mas cortando tecido faz mais ou menos oito a nove anos. Quando eu comecei foi arrumando peça que faz parte do fabrico também, arrumava as peças, separava as roupas para tirar pelo, aí depois que fiquei como auxiliar de corte e foi aí que eu aprendi. E até hoje estou trabalhando para mim. Melhor do que estar dependendo dos outros (TRABALHADOR 07, entrevista em julho de 2019).

Revelando dessa maneira a importância da autonomia para esses trabalhadores, mesmo que outros fatores indiquem que tal liberdade não é

verdadeira, já que existe um certo controle por parte dos contratantes. Logo depois dessa fala, o mesmo trabalhador (E07) mencionou um controle da qualidade do corte *“olham tudo, pra ver se não tem nada errado. Se tem algum defeito. Eles olham tudo”* (TRABALHADOR 07, entrevista em julho de 2019). Segundo Corteletti (2020) os trabalhadores inseridos no segmento da confecção enxergam o trabalho por conta própria como uma oportunidade de liberdade e autonomia pela presença de um ideário de autoemprededorismo que parece ser mais acentuada na região pela sua formação histórica em bases informais. Em muitos dos relatos de campo, os trabalhadores tiveram sua inserção em fabricos, fabricas ou facções e com o tempo decidiram ter sua própria facção, incentivados por um ideário de autonomia e uma proposta de gestão e organização individualizadas da produção e do trabalho, que em muitos casos não se concretizam já que os prestadores de serviço (trabalhadores) são subordinados aos contratantes. Estudos de Pereira, Andrade e Silva (2018) e Andrade (2019) identificaram uma subordinação disfarçada nesse segmento, nessa relação entre prestador de serviço – contratante.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho foi resultado do aprofundamento da pesquisa que iniciou com a iniciação científica e com os questionamentos que surgiram a partir da revisão de literatura e pesquisa de campo. Dito isso, o objetivo deste TCC foi descrever o trabalho por conta própria como forma de inserção no segmento de confecção nas facções de jeans no bairro do Salgado em Caruaru – PE e suas conexões com o ideário do autoempreendedorismo. Para isso, houve a caracterização da organização da produção e do ambiente de trabalho nas facções de *jeans*, em seguida, a descrição do perfil socioeconômico dos trabalhadores pesquisados e suas condições de trabalho no segmento da confecção e as conexões dos trabalhadores com o ideário do autoempreendedorismo e do trabalho por conta própria.

O ambiente de trabalho era em locais pequenos, geralmente garagens, salas ou cômodos da casa, as atividades domésticas misturavam-se com as atividades laborais. A organização produtiva é bem singular, conforme observado em campo empírico, até a finalização da peça, o caminho percorrido entre as facções, às vezes, um vai e vem entre elas para assim terminarem o processo.

Todos os entrevistados tinham uma qualificação tácita, ou seja, tiveram seu conhecimento e aprendizado repassado por familiares e conhecidos que faziam parte do seu círculo social, iniciaram suas atividades após um momento trabalhando em outras fábricas e fabricos, tendo adquirido conhecimento e clientes que iriam fazer parte do catálogo, foi nesses locais que conseguiram o investimento que era necessário para o maquinário, ou pelo menos, para iniciar as atividades na facção.

Nenhum deles possui Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e da mesma forma não contribui para a previdência social. O negócio é baseado na confiança entre as partes, os proprietários de fabricos entregam os tecidos e moldes e negociam os valores por peça, depois o valor pode ser pago na hora da entrega ou depois no decorrer da semana. Mesmo sendo um valor baixo, alguns tem problemas na hora do recebimento, na demora do contratante em efetuar o pagamento.

A partir dos relatos do campo empírico juntamente com a revisão da literatura foi possível fazer as conexões dos trabalhadores com o ideário de ser dono do próprio negócio, a maioria dos trabalhadores entrevistados são responsáveis por toda organização e gestão do trabalho, possui autonomia e o controle do seu tempo,

mencionado em várias ocasiões os horários, em uma visão positiva sobre fazer em seu próprio tempo, mas que isso é inválido quando se observa as próprias falas dos trabalhadores que para cumprirem os prazos dados pelos contratantes, trabalham até altas horas da noite e acordam mais cedo para iniciarem suas atividades.

Pelo que foi observado não receber ordem e ter o que eles (entrevistados) denominam de autonomia são dois fatores que são valorizados, não ter uma hierarquia de comando direto faz diferença no entendimento deles.

Em estudos futuros, há a pretensão de voltar ao campo empírico mobilizando os autores para aprofundar a discussão sobre o trabalhador por conta própria e o autoempreendedorismo, com um novo recorte sobre gênero, assim como, refletir sobre a Pandemia Covid-19 e de que maneira afetou os trabalhadores que estão inseridos nas facções.

## REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. **Uberização do trabalho**: subsunção real da viração. Blog da Boitempo, São Paulo, 27 de fev. de 2017. Disponível em: Acesso em: 10/03/2022.

ANDRADE, F.M.D. **Dinâmicas da informalidade em facções de jeans em Caruaru** – PE. (Mineo), 2019.

ARAÚJO, A. M. C. **O Trabalho flexível e a Informalidade reconfigurada**. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; GOMES, D.; TARGINO, I. (orgs). *Marchas e Contramarchas da Informalidade do Trabalho: das origens às novas abordagens*. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

BEZERRA, E. **O trabalho das mulheres na origem e desenvolvimento do polo de confecções do Agreste de Pernambuco**. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; SANTANA, M.A. (orgs). *Trabalho em Territórios Produtivos Reconfigurados no Brasil*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

BRAGA, B. M. **O informal como tecido social**: Os arranjos econômicos, sociais e laborais que constituem o Agreste das confecções/Pernambuco/Brasil. **Dissertação** (Programa de Pós - Graduação em Sociologia). João Pessoa, 2019.

CACCIAMALI, M. C. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. Tese (Doutorado em Economia do Programa de Pós-graduação em Economia), Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia e Administração, 1982, 163 p.

CACCIAMALI, M. C. **Globalização e processo de informalidade**. *Economia e Sociedade*, (Unicamp) Campinas, nº 14, jun. 2000. FLICK, U. *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

COLBARI, A. L. **Do autoemprego ao Empreendedorismo Individual**: Desafios Conceituais e Empíricos. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 2015.

CORTELETTI, R.F. **Informalidade, terceirização e trabalho domiciliar em facções de costura de Santa Cruz do Capibaribe – PE**. In: *Anais do 3º encontro do observatório do mercado de trabalho do Maranhão*. Edição 3. São Luís, 2020.

DEDECCA, C.S. **Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil**. *Revista de Economia Política*, vol. 25, nº 1 (97), pp. 113-130, janeiro-março/2005.

HART, K. **Informal income opportunities and urban employment in Ghana**. *The Journal of modern African Studies*, v. 11, n. 1, 1973.

LIMA, J. **Participação, empreendedorismo e autogestão**: uma nova cultura do trabalho? *Sociologias*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, set\dez, 2010, p. 158-198.

LOPES, Edmar Aparecido de Barra e. **Informalidade**: um debate sobre seus distintos usos e significados. *BIB*, São Paulo, nº 65 p.49-70, 2008.

- KON, A. **Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro.** In: Encontro Nacional de Economia ANPEC, 32. Anais... João Pessoa: ANPEC, 2004.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1971.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Da informalidade à empregabilidade.** Cadernos CRH, Salvador, n. 37, p. 81 – 109, jul. /dez. 2002.
- MILANÊS, R. **Costurando roupas e roçados: As linhas que tecem trabalho e gênero no Agreste Pernambucano.** Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais.
- MINAYO, M. C. S. (Orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- MOURA, M. R. F. **O trabalhador por conta própria e seus pequenos negócios do Alto do Moura – PE.** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Administração, 2019.
- MORAES, A. **Da casa à feira: trabalho independente e estratégias econômicas no polo de confecções do Agreste Pernambucano.** In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; SANTANA, M.A. (orgs). Trabalho em Territórios Produtivos Reconfigurados no Brasil. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.
- OIT. **Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment in Kenya.** Genova: OIT, 1972.
- PEREIRA, A. M. B. A. **Dinâmica formal-informal em lavanderias de jeans e suas implicações nas relações de trabalho.** Tese (Doutorado em Administração), João Pessoa, UFPB, 2018.
- PEREIRA, J. **O Programa Empreendedor Individual e o processo de formalização dos empreendimentos no Polo de Confecções do Agreste Pernambucano.** In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; SANTANA, M. A. (orgs.). Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013, p. 423-458.
- PEREIRA, A. M. B. A; FREIRE, C. **O TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA NA PRODUÇÃO DE CONFECÇÕES EM CARUARU-PE.** In: Anais do Encontro Nacional da ABET: Crises e horizontes do trabalho a partir da periferia. Anais...Uberlândia (MG) Universidade Federal de Uberlândia, 2021. Disponível em: <[https://www.even3.com.br/anais/abet\\_trabalho2021/349303-O-TRABALHADOR-POR-CONTA-PROPRIA-NA-PRODUCAO-DE-CONFECcoes-EM-CARUARU-PE](https://www.even3.com.br/anais/abet_trabalho2021/349303-O-TRABALHADOR-POR-CONTA-PROPRIA-NA-PRODUCAO-DE-CONFECcoes-EM-CARUARU-PE)>. Acesso em: 16/03/2022 12:49.
- PEREIRA, A.M.B.A; ANDRADE, F.M.A; SILVA, R.J.L. **As condições de precariedade e o ideário de “autonomia” do trabalhador por conta própria no setor de confecções do agreste de Pernambuco.** In: Anais do Encontro Nacional

da ABET: A Reforma Trabalhista no Brasil e no Mundo. Salvador (Ba) Universidade Federal da Bahia, 2019. Disponível em: <<https://www.abet2019.sinteseeventos.com.br/anais/trabalhos/trabalhosgt?simposio=17>> . Acesso em: 10/02/2022.

PEREIRA NETO, E. **Qualificação e informalidade:** os modos de atuação do SENAI no Polo de Confeções de Pernambuco. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2013.

PRANDI, R. O trabalhador por conta própria sob o capital. São Paulo: Edições Símbolo, 1978.

SILVA, S. K. **O trabalhador por conta própria do negócio de artesanato no Alto do Moura – PE.** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Administração, 2019.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. **O polo de confeções do agreste de Pernambuco:** elementos para uma visão panorâmica. In VÉRAS DE OLIVEIRA, R.; SANTANA, M. A.; (orgs). Trabalho em territórios produtivos reconfigurados no Brasil. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2013.

## APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista semiestruturada

1. Como começou na atividade de costura? Há quanto tempo? (dados socioeconômicos - idade, escolaridade, formação certificada, qualificação tácita, vínculos de trabalho anteriores, redes de contato).
2. Como é que os "contratante" fazem o pedido? E como as peças chegam até aqui?
3. Como está organizada a atividade? (identificar as peças produzidas, a quantidade, o valor recebido, se semanal, quinzenal; matérias-primas próprias ou de terceiros; tipo e quantidade do maquinário; controle de qualidade das peças, se a unidade tem CNPJ).
4. Quando você termina o serviço, as peças seguem para onde? Quando estão finalizadas, as peças são comercializadas na feira? Em lojas? Em banco? Em boxes? Em algum outro local?
5. Em relação ao trabalho, como é a sua rotina? (captar a jornada de trabalho, o rendimento, outras fontes de renda, os riscos assumidos, os vínculos de trabalho, se há ajuda de algum trabalhador ou membro da família).
6. Em relação à saúde, algum problema relacionado ao trabalho? (cansaço, dores de coluna, estresse).

## **APÊNDICE B - Roteiro de Observação Sistemática**

1. Caracterização do ambiente (se é ambiente doméstico, questões métricas, como é organizado o ambiente de trabalho).
2. Organização do trabalho e da produção (divisão do trabalho, número de trabalhadores, distribuição de equipamentos e ferramentas, fluxo de atividades).
3. Condições do ambiente (iluminação, ventilação, ergonomia).
4. Relações dentro do ambiente e condições de trabalho (diálogo entre os trabalhadores, controle do trabalho).